

Um outro general é possível (Entrevista do general espanhol Julio Rodríguez a Alexandre Fuccille)

Another general is possible: (Interview with general Julio Rodriguez to Alexandre Fuccille)

Rev. Bras. Est. Def. v. 6, nº 1, jan./jun. 2019, p. 13-24
DOI: 10.26792/RBED.v6n1.2019.75154
ISSN 2358-3932

ALEXANDRE FUCCILLE

Era janeiro de 2019, uma manhã do inverno paulistano e o mesmo mês que, no Brasil, um capitão e um general da reserva assumiam, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da República. Pontualmente, adentra pela porta do café do Círculo de Bellas Artes o general do ar Julio Rodríguez, ocupante do mais alto cargo militar no Ministério da Defesa espanhol (onde foi JEMAD, Chefe do Estado-Maior da Defesa) entre 2008 e 2011, durante o governo socialista de José Luis Zapatero, e agora também conhecido como “o general do Podemos”, mais importante agremiação política à esquerda no cenário partidário espanhol.

Na literatura especializada, o país de Cervantes nos é apresentado como a nação ibero-americana de passado autoritário onde mais longe se chegou na construção da direção política sobre os militares e no estabelecimento do controle civil democrático sobre as Forças Armadas, ainda que não isenta de problemas. Muitas vezes apontado como um modelo, é importante refletir, a partir da experiência espanhola, quais ensinamentos nos podem ser úteis em um país marcado por uma pronunciada participação dos militares na vida política e social como o Brasil.

De fala mansa e quase monocórdica, “Julito, el rojo” (Julinho, o vermelho) do alto de seus 70 anos, nascido sob o franquismo e de família conservadora — seu pai lutou como aviador na Guerra Civil junto a Franco —,

Alexandre Fuccille – Professor da UNESP na graduação e pós-graduação (PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas e PPG em Análise e Planejamento de Políticas Públicas), doutor em Ciência Política pela UNICAMP e pós-doutor na mesma área pela USP. Presidiu a Associação Brasileira de Estudos de Defesa/ABED no biênio 2014–2016. Diretor da Associação Brasileira de Ciência Política/ABCP-Regional Sudeste.

surpreende pela lucidez e compromisso com a democracia. Em sua autobiografia, “Mi patria es la gente”, de 2018, lemos um relato *sui generis* do humanista (“sou um militar antimilitarista”) que se desenvolveu a partir de muita leitura e outras formações para além dos muros militares (não sem traumas com a caserna de então), o apoio à Unión Militar Democrática/UMD (organização militar clandestina surgida no final do franquismo), seus primeiros votos no Partido Comunista Espanhol/PCE, as experiências exteriores na França, Alemanha, Estados Unidos e outros países como fundamentais de uma socialização que vertebra um pensamento em Defesa orientado para o exterior (“o inimigo nunca é um concidadão”), entre outras passagens igualmente saborosas. Alguns pontos dessa conversa de mais de uma hora podem ser conferidos abaixo, e abrem um fecundo debate sobre que Forças Armadas seriam desejáveis para o século XXI em um país efetivamente democrático.



Alexandre Fuccille: *Depois de décadas sob o autoritarismo do período franquista, a transição espanhola e a construção do controle civil sobre os militares neste país foram vistos como um modelo inspirador por muitos analistas da temática. Que passos, para além do ingresso na OTAN em 1982 e do que hoje chamamos União Europeia/UE em 1986, foram dados para a construção da direção política dos paisanos sobre os uniformados?*

Julio Rodríguez: Creio que a chave esteve, haja vista que evidentemente a transição foi difícil, na herança de um exército franquista. Quando chega a democracia, o maior temor era um golpe de Estado. Tanto foi assim que aprovaram a Constituição no ano de 1978 e em 1981 [23 de fevereiro], já com a Constituição democrática, temos uma tentativa de golpe de Estado. Este foi um momento que parece ter despertado a sociedade civil sobre os riscos de os militares voltarem à situação anterior, depois de três anos, com atentados do ETA, com atentados a militares, numa situação em que o governo estava numa posição difícil. Com o golpe de Estado se produz uma mudança em que todos os partidos — socialista, comunista e direita — fazem uma espécie de pacto, pelo susto que passam, e é quando se toma a atitude de se mudar as Forças Armadas em direção ao exterior. O caso do ingresso na OTAN é um pouco isso, que saiam do país e vejam como outros exércitos democráticos se estruturam. Também se produziu uma lei de dotações orçamentárias que abarcava um período de oito anos, como que dizendo “vamos dar material às Forças Armadas”, e as maiores transformações se deram na Marinha e na Aeronáutica. Assim, foi-se produzindo uma depuração, buscando gente de confiança e com compromisso

democrático para os cargos, afastando os militares golpistas. Esse processo está num livro escrito por Narcis Serra, o primeiro ministro da Defesa socialista da Espanha, onde narra como vai mudando os cargos, criando efetivamente um Ministério da Defesa que une os três exércitos [Exército de Terra, Exército do Ar e Armada], vai centralizando e “civilinizando” os cargos de mais alto nível. O que mais tardou nesse processo foi a área da educação, que era sempre um gueto; estava no projeto, mas a prioridade foi mudar a política de aquisição de armamento e material, algumas políticas de pessoal; porém, a educação mudará apenas em meados dos anos 1990. Para mim, aqui está um aspecto central, pois biologicamente podem desaparecer os militares golpistas, mas o mais importante é que se está formando jovens com outros valores. Produziu-se esse processo lentamente, e, todavia, estamos começando a assistir outra vez o surgimento de manifestos, como consequência de haver demorado tanto para mudar a educação. Basicamente, foi a seleção de altos cargos, pôr dirigentes civis no Ministério da Defesa, dotação orçamentária e educação. Estas foram as chaves para que a mudança fosse efetiva, de Forças Armadas a serviço de um Estado democrático, do entendimento delas como um serviço público como outro qualquer, e que por isso não merecem nenhuma distinção ou valor especial. Eu sempre digo que o processo de transição é um processo sem solução de continuidade, ou seja, ninguém pode dizer que um processo de transição terminou. Com as Forças Armadas chegou-se a pensar: “já não são golpistas, estamos a salvo”, e aí relaxaram-se as mudanças no sistema educacional. É preciso também avançar na questão da Justiça Militar, que é uma justiça exercida por eles próprios. Ainda hoje existe uma sala no Tribunal Supremo para delitos militares. Penso que, assim como evolui a sociedade, a legislação, há que se incluir também o militar, que é um cidadão de farda. Educá-lo como um cidadão, assim como é necessário educar a sociedade civil, educação-cidadã, educação política e, quiçá agora, redobrar a atenção, pois estivemos desatentos e anestesiados nos últimos tempos. Quando falo de educação política, falo do compromisso com o Estado, com a democracia, como conselheiro político, mas não participar da vida partidária, partidará-la, o que aliás é vetado pela legislação.

AF: *A educação militar, com parâmetros curriculares públicos, transparentes e a serviço da cidadania, tem sido indicada como um ponto central à subordinação dos militares aos civis, bem como o sepultamento de saudosismos inadequados a uma cultura democrática. No Brasil, por exemplo, muitos manuais militares ainda hoje continuam a referir-se ao golpe de 1964 como “Revolução Democrática de 31 de março”. O Sr. poderia falar um pouco da educação militar na Espanha e sua relação com o profissionalismo militar e a não ingerência na vida política e social?*

JR: Primeiro que a chave, como disse antes, está no sistema educacional. Aqui, antes, as Academias [militares] tinham seus professores militares, seus livros militares e, durante esses dez anos [gestão Narcis Serra no MD], tratou-se de fazer que estes centros, antes independentes das três Forças, agora passassem a se associar às universidades, para que o militar saísse com o conteúdo militar mas também com um título universitário. Não pelo título universitário em si, mas pelo que significava o contato com a sociedade civil, e não o isolamento em um centro onde você levantava, ia à classe, com seu professor militar, etc. Isso inclusive produz uma endogamia que não é saudável. O inverso é até bom para a instituição, para que ela seja reconhecida pela sociedade civil e não seja percebida como um perigo. Enfim, que considerem o militar como os advogados, os juízes, os bombeiros, ou os médicos; ninguém se preocupa se um médico é de esquerda ou de direita, mas que seja um bom profissional. Pois com os militares deveria se passar o mesmo, ser um bom profissional e um bom cidadão, sem ter de haver nenhuma filiação partidária. E, se temos uma sociedade civil conservadora, lógico que teremos militares conservadores, mas se temos gente de esquerda e de centro, que as Forças Armadas reflitam a mesma pluralidade que temos na sociedade. Isso seria perfeito, saber que essas Forças Armadas saem da sociedade, não de filhos de militares, de determinadas localidades geográficas por terem um centro militar, e assim por diante.

AF: *A Espanha cria seu Ministério da Defesa durante a transição em 1977 e, excetuado seu primeiro ocupante — o ministro Manuel Gutiérrez Mellado —, sempre teve civis à sua frente. No Brasil, inversamente, a tardia criação do Ministério da Defesa em 1999 foi acompanhada de ministros civis — ainda que não tenha se conseguido construir uma estrutura definidora de pautas, processos e reformas. Ou seja, os comandantes das Forças Singulares continuam a deter muita força e, recentemente, quando completou sua maioridade, o MD teve um militar confirmado como ministro, e em 2019 novamente outro militar sob o novo governo. Como ex-JEMAD, como o Sr. avalia que poderia se dar o fortalecimento de um Ministério da Defesa?*

JR: Penso que é fundamental que o Ministério da Defesa seja dirigido por um civil, por um político, a exemplo do Ministério da Saúde, da Educação, que ninguém pense que tem que ser um médico, um professor... Que haja uma parte da organização que faça a gestão de recursos, comandada por quem o político considere apto, e a profissional de operações, que deve ser levada pelos militares como técnicos. Na Espanha, o Ministério da Defesa tem dois secretários de Estado: um que é de partido político, que leva os recursos econômicos, de pessoal e outros, com sua estrutura; e outro secretário de Estado, o JEMAD, que é o responsável pelas operações.

Porém, tem que estar em sintonia com o político — o JEMAD é um cargo político. O ministro, que tem a competência para definir estes cargos, deve eleger como JEMAD alguém de sua confiança, não digo de seu partido, porque vai lhe dar uma responsabilidade, que é de direção. O JEMAD, ou *Chief of Defense* (que pode ser de Terra, Ar ou Mar), é o responsável e coordenador da forma como atuam as Forças Singulares de uma maneira conjunta ante o ministro. A ele [mais alto cargo militar no interior do Ministério da Defesa] compete coordenar a parte operativa, não a de gestão política; por exemplo, ele dirá “faltam carros de combate, aviões e barcos”, e o político decidirá se os compra, se verde ou amarelo, de que país, pois tais decisões têm a ver com a política econômica, com a política exterior... Para mim é claro que os militares têm de reconhecer que é um cargo de confiança, e que tem a responsabilidade de elaborar a coordenação conjunta dos três exércitos, pois, se as demandas por Forças Singulares são elaboradas segundo seus Estados-Maiores, já começará a disputa por orçamento. As demandas por mais carros de combate, mais aviões ou mais barcos são legítimas, mas devem ter sua política de aquisição definida à luz do que chamamos operações conjuntas, ou seja, não quer dizer três exércitos operando isoladamente, mas sim combinados entre si, e o JEMAD pedirá os recursos em razão do que foi o debate sobre o orçamento. O orçamento de um governo é a lei mais importante deste, uma vez que ele estabelece as prioridades num exercício de soma zero, quer dizer, se eu aumento na educação, ou o que seja, e diminuo na segurança, é um debate que será político, no Congresso, transparente e público. Ele não pode ser secreto, que se criem inimigos exteriores, e nessa direção eu proponho uma integração da sociedade civil com as Forças Armadas, não estabelecer guetos diferentes, nem virtudes diferentes, nem cidadãos diferentes, nem fardas diferentes. Também andam fardados os policiais, os bombeiros, ou um médico quando coloca o jaleco branco.

AF: *Em todo o mundo a maior parte das Forças Armadas tendem a ser conservadoras e reacionárias. O Sr., como um militar claramente do campo progressista e comprometido com a democracia, poderia nos falar um pouco de sua experiência profissional que começa ainda no período franquista e se estende até 2015? Do seu ponto de vista, quais os maiores avanços e frustrações que presenciou na vida militar?*

JR: Sim. Eu vinha de um exército conservador e de uma família conservadora, de uma país isolado, em que quando acordamos para a democracia tive uma educação como o restante do país. Não nos sentimos democratas da noite para o dia, não havia nada, senão que foi um processo educacional. Eu creio que isso ocorreu em toda a sociedade, e nas Forças Armadas tam-

bém, com o reconhecimento de que elas, como a Igreja, são uma instituição conservadora. Conservadora não quer dizer reacionária. Nesse sentido, para mim deveria ser um reflexo do que é a sociedade, ou seja, se a sociedade tem a maioria ou se está equilibrada entre 50% à direita e à esquerda ou mais ao centro, as Forças Armadas deveriam ter uma composição parecida. Porém uma coisa que deveriam ter como marca é que fossem muito profissionais, como se exige a um médico que vai operar uma apendicite que não se equivoque. Nunca lhe será perguntado se é de direita ou de esquerda, mas que seja um bom profissional. Isso é o que procurei fazer ao longo de minha vida profissional, fora de minhas ideias. Claro, quando se chega a postos-chave, general e demais, já parece que um governo vai escolher determinada pessoa, mas o ministro vai selecionar alguém para trabalhar com alguém que conheça e seja de sua confiança. Assim é a eleição, por exemplo, para um chefe de gabinete. São mais relações de confiança do que necessariamente afinidade política. Mas o essencial é separar o que é profissionalismo do que uma pessoa pensa politicamente.

AF: Invertendo a célebre frase de Clemenceau de que “a guerra é um assunto importante demais para ser deixada na mão dos militares”, no início da década de 1980, quando do curso de Estado-Maior, lia-se em sua monografia que “na atualidade [...] muitos militares podem pensar também que a paz é um assunto demasiado delicado para deixá-lo na mão de quem utiliza o armamento como estímulo econômico”. Dificultando a construção de uma cultura de paz, é possível afirmar que há uma relação promíscua entre complexo industrial-militar e muitos dos civis que se dedicam à condução dos assuntos de Defesa?

JR: Totalmente. Quando fiz minha monografia, parti da definição de complexo industrial-militar que fez o general Eisenhower quando acabou a II Guerra Mundial, que disse: “o difícil vai ser transformar esta indústria de guerra em indústria de paz”, e não se transformou. Veio a guerra da Coreia, do Vietnã, e agora mesmo o presidente Trump designa o maior orçamento da história, quando não há tantos inimigos. Claro, isso funciona com base em uma estratégia do medo, onde se trata de criar inimigos. Agora mesmo se fala do terrorismo, e todo mundo está com medo que possa haver um atentado. Porém, até que haja este atentado, e no geral ele produz menos mortes que os acidentes de trânsito, para mim é central estruturarmos um orçamento em torno das questões de paz e segurança; uma pessoa tem sua casa ou país seguros não só com defesa, mas também com política externa, com diplomacia, com política econômica, ou seja, com um conjunto mais amplo de ações. O conceito de defesa e segurança tem de ser transversal a todo o governo, e oxalá um dia não haja prisões porque não há delitos, oxalá um dia não haja militares porque não há conflitos, oxalá...

É importante valorizar o quanto se gastar e onde, se eu decido me defender sozinho ou em aliança, ou se eu decido chegar a um acordo com outros países para definirmos um inimigo comum, porque isso é buscar sinergias. E logo ter muita educação sobre o que é a origem dos conflitos, a paz, que deve formar parte de uma educação cidadã, porque muitas vezes o problema não está no militar. Na teoria, o militar é um médico-cirurgião que conhece o todo, a medicina preventiva, a medicina curativa, pois extirpa ou corta um membro, um braço. A política deveria chegar antes. A política deveria evitar esse problema, porque as raízes dos conflitos são econômicas, de relações exteriores. Esse conceito de cidadão, que para mim deriva da educação política, trata-se de melhorar a compreensão das operações, dos temas militares não como um tema secreto, as compras militares sendo secretas, para produzir uma relação clara entre empresas de armamentos e o Estado, que às vezes não é saudável, mas que é preciso pô-la em evidência, e que a sociedade exija que não se gaste tanto nisso ou se gaste em outra coisa.

AF: *A OTAN, desde o fim da Guerra Fria, a despeito de em tese ser uma aliança militar defensiva e do desaparecimento do Pacto de Varsóvia, tem expandido sua atuação para o Leste e o teatro de operações até mesmo para fora da Europa. O Sr., com sua vasta experiência internacional, poderia comentar como vê esse cenário em um contexto de deterioração da governança global e do direito internacional?*

JR: Basicamente esse tipo de organização defensiva, que para mim está muitas vezes relacionada com o complexo militar-industrial, porque a OTAN se cria em um contexto pós-II Guerra Mundial que rivalizará com o Pacto de Varsóvia e, caído o Muro de Berlim e terminada a Guerra Fria, segue-se buscando inimigos no exterior. Isso claramente é um exemplo, como dizia antes, do vínculo existente entre estas organizações e a indústria de armamento, e a própria OTAN inclusive está obsoleta — armas que se comprovaram depois antiquadas e conflitos que se resolveram de forma bilateral ou multilateral, seja no Afeganistão ou na Síria. Creio que a chave agora para resolver os conflitos é entender a política de segurança não como uma política militarista. O militarismo não o exercem só os militares, senão mentes que pensam que os conflitos somente se resolvem pela via da força, via *manu militari*. Há muitos civis que são militaristas.

AF: *Atualmente, a extrema direita vive uma expansão no mundo. No Brasil, o atual presidente e vice são militares da reserva e seu slogan de campanha era “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O Sr. tem uma visão crítica desse patriotismo xenófobo e que se apropria de símbolos pátrios como se apenas deles fossem e os instrumentalizam contra os interesses populares em prol do status quo.*

Enfim, como membro da agremiação política Podemos e o advento do VOX na cena espanhola, o Sr. poderia falar um pouco mais de como vê esse quadro nacional e internacionalmente?

JR: Creio que o mesmo que se passa com os militares brasileiros lembra Trump com “America First”, ou seja, o que agora se passa com a Espanha, essa coisa agora de lotar as ruas com a bandeira espanhola como se fossem os mais patriotas. Meu conceito de patriotismo é que há muita gente patriota, gente que se levanta todos os dias, que trabalha por seu país, ou que migra e manda seus salários à família, essa gente é mais patriótica do que todos estes que estão defendendo interesses econômicos. Se produziu — pois eu creio que houve um vazio na educação — a ideia de que muitos militares da reserva, ao notar o ímpeto de movimentos como o VOX, voltaram a se sentir fortalecidos e pensam: “agora há um movimento que me protege. Eu antes pensava assim, mas não podia dizer porque era algo vergonhoso”; ou seja, não é que tenha crescido, é que antes estava escondido, por assim dizer. É uma falha do processo educativo, de meu ponto de vista. O que aconteceu na Espanha é que muitos militares voltaram a se sentir nostálgicos do período de Franco, associando o franquismo a uma postura reacionária, “por Deus, pela pátria, pela unidade”. Isso eu creio que é uma falta de educação política cidadã. Porque também — e isso está acontecendo muito na França, mas aqui estamos tratando de evitar — ocorre que este voto na extrema direita está migrando muito para as periferias, cansadas da política. É como dar um tiro no pé, porque são as principais vítimas. Aqui, um dos comícios mais importantes do VOX foi em Carabanchel (que é um bairro marginal de Madri), assim como fez Le Pen em Marselha ou em outros bairros marginais, porque veem lá um nicho de votos. Este crescimento do VOX se está associando aos militares. O presidente da Fundação Franco é um militar que esteve sob meu comando; eu sabia que era conservador, mas nunca que chegaria a esse ponto, com esse fervor franquista. É um processo que só pode ser revertido por meio de uma educação adequada, mas é um processo de longo prazo, porque as mentalidades não mudam de um dia para o outro. Nós pensávamos que tínhamos eliminado o franquismo por um processo biológico (pensávamos “estes que participaram na guerra civil já desapareceram”), mas se aparecem jovens franquistas é que alguma coisa fizemos de errado no processo educativo. Isto me preocupa porque é uma coisa malfeita tempos atrás e precisamos trabalhar para mudá-la.

AF: Sua autodefinição como “um militar antimilitarista” causou assombro em muitos e insinuações nada positivas acerca de seu real compromisso com a nação. O Sr. poderia desenvolver esse ponto?

JR: Sim, um militar antimilitarista e pacifista, porque um militar que conhece os horrores da guerra não quer a guerra, outra coisa é se preparar para quando seja necessário, e é preciso instar os partidos políticos para que solucionem os conflitos de outra maneira. Para mim o militarismo é colocar o poder militar à frente e acima do poder civil, e há alguns civis que pensam assim. Nesse sentido, eu sou constitucionalista, porque na Constituição espanhola o poder militar está submetido ao poder civil, por isso sou um militar antimilitarista. As palavras se desgastam, e o antimilitarismo está associado a alguém que está contra as Forças Armadas, e eu não sou contra as Forças Armadas, sou contra o militarismo. Já sofri uma reprimenda para que não use o termo porque as pessoas não entendem; eu vejo nisso uma contradição; insisto: eu não sou contra as Forças Armadas, mas sim contra o protagonismo militar.

AF: *Muitos assuntos e questões de fundo essencialmente político têm sido securitizados, por militares e/ou civis, na Espanha e em muitos outros países (centrais ou periféricos). Como fugir dessa armadilha colocada pelo neoliberalismo ou pela falsa sociedade de bem-estar — como o Sr. escreve — que muitas vezes mascara os reais problemas? No Brasil, por exemplo, muitas vezes os militares são empregados na manutenção da lei e da ordem (GLO) e missões de contra-insurgência. Na atualidade, os militares são a **ultima ratio** do Estado ou o braço armado da burguesia?*

JR: Penso que é importante separar quais são as responsabilidades das forças de segurança, do Ministério do Interior e do Ministério da Defesa, para evitar essa confusão. Porque quando não se encontra inimigo no exterior parece que se dedica a buscar esse inimigo internamente, que é o terrorismo e tal, pelo que se está abandonando o papel que corresponde às Forças Armadas, com os serviços de inteligência assumindo uma perigosa posição. Eu penso que as Forças Armadas não têm nada a ver com segurança interna. Quando começa a se mesclar, entramos nesta dicotomia que vemos na França, declaram Estado de Alerta em razão de um atentado, põem nível 4 [que vai até nível 5], colocam as Forças Armadas nas ruas e já não há quem as faça voltar aos quartéis, porque não há nenhum político que abaixe o nível de alerta de 4 para 3. Então, as Forças Armadas, um corpo que não está preparado para isso, que não estão treinados para uma manifestação civil (isso requer meios distintos), começam a atemorizar a população. A chave está no processo educativo, sempre volto a esse ponto. Tanto é assim que a primeira coisa que faz a parte conservadora é mudar a lei da educação. Por exemplo, aprovamos uma lei importante com os socialistas durante a transição; porém, em seguida, a Igreja e a direita trataram de controlar esse sistema educativo. Eles não chamam de doutrinar, dizem

que é liberdade de escolher, e quando nós o fazemos chamam de doutrinação, e eles liberdade de escolher a escola que você queira. Não, se a educação é do Estado, ele tem que educar de uma maneira laica, de uma maneira cidadã, isso é fundamental! Do contrário, estamos criando e alimentando uma extrema direita que semeia o medo, mitifica as Forças Armadas... As Forças Armadas não devem ser mitificadas, mas cumprir seu papel constitucional e não se dedicar a questões internas. Eu separaria claramente o papel de “inimigo interno”, que agora está mesclado com o fenômeno do terrorismo — ainda que seja na Síria — e o que acontece na França, que é um problema de marginalidade, de educação, e não de imigração. Essas pessoas marginalizadas e excluídas é que são a raiz do problema, seja onde for. Não adianta colocar as Forças Armadas para lutar contra o terrorismo, ou o narcotráfico; é um papel que não corresponde a elas. E o dia que se mescle... Olha a indústria do armamento. As pessoas veem com maus olhos que se compre um míssil ou um avião, mas quando se trata de segurança interna não importa que se gaste. A Europa produziu um crescimento tremendo nos gastos da chamada segurança interior, com a guarda civil, gendarme... são as mesmas indústrias, agora com *drones*, vestuário, armamento específico, porque perceberam, como bons empresários, que o negócio derivou, se securitizou, são os mesmos *lobbies* buscando encontrar clientes e convencê-los. Se eu aumento o orçamento de Defesa, tenho um rechaço, mas se aumento o orçamento da Polícia, não, porque as pessoas querem estar seguras, querem suas famílias seguras, e então o campo está aberto. É preciso muito cuidado nesse ponto!

AF: *Qual sua visão sobre o serviço militar obrigatório na “era do conhecimento” e em tempos de Forças Armadas modernas, competitivas e flexíveis?*

JR: Acredito que já passou o tempo do serviço militar obrigatório. Aqui, era alguém que se “sequestrava” por dois anos e prestava serviços grátis ao Estado. Ninguém mais concorda com isso! Na Espanha produziu-se uma mudança rápida em razão da pressão da sociedade e é impossível que volte, ainda que haja nostálgicos na direita que dizem “é porque é necessário educar”. Aí não se educa! Estavam sim prestando um serviço gratuito ao Estado, ninguém mais concebe isso, e se lhe concede algum soldo, um salário, já caminhamos para um serviço profissional, e não há volta atrás.

AF: *Um ponto importante, ainda pendente em muitos países latinos, é a existência em tempos de paz da chamada Justiça Militar. Como o Sr. vê este instrumento, idealizado séculos atrás, em pleno terceiro milênio?*

JR: É um conceito que tem que desaparecer, somente sendo concebível quando se está em operações, em guerra, etc. No geral não há delito que te-

nha que associar-se à Justiça Militar pelo fato de ter sido um militar que o cometeu ou porque há um Direito militar específico. Isso parece um anacronismo, maculando o princípio de unidade jurídica institucional que corresponde à Justiça. Em outras profissões não é assim, ainda que haja especificidades na profissão militar. Pode eventualmente até haver seção especializada em determinado tipo de delito, mas não tem que ser uma justiça própria, e ainda mais julgada por militares, ou seja, seus pares. É uma contradição.

AF: *Em tempos de tantas mudanças, qual o papel e a missão que as Forças Armadas de um país democrático devem ter no século XXI?*

JR: É um serviço público, como outro qualquer, é um serviço que considero que tem que defender o sistema democrático, tem que estar em função da prevenção, como um bombeiro cuja função é mais prevenir o fogo do que tratar de enfrentá-lo. As Forças Armadas, de forma assemelhada, ainda que existentes para o risco de um grave conflito, deveriam ter funções mais preventivas do que executivas. Parece que há uma sensação em empregar determinados serviços, como médico ou bombeiro, mas não há nenhum bombeiro incendiário, como não deve haver nenhum militar que deseje participar de um conflito — seja no exterior, seja no interior. Eu creio que é um serviço público, mas a segurança é uma função transversal a todo o governo, ou seja, a segurança não se consegue só com Forças Armadas potentes, fortes e bem aprestadas, mas com uma boa política de segurança, que pode ser econômica, diplomática, comercial, de cooperação para o desenvolvimento. Se há um país em conflito, é preciso ajudar que esse país se desenvolva, mais do que entrar em conflito com ele.

AF: *Isso seria um pouco o papel. E as missões?*

JR: As que especificar o governo, simples assim, ainda que eu não esteja de acordo em intervir em determinado conflito, porque é um serviço. É como um dia um policial que tenha de frear uma manifestação de policiais. Ainda que se oponha individualmente, é um serviço público e ele tem que estar às ordens do poder civil; isso tem de ser bem claro, o poder civil é que tem o poder emanado da soberania popular, do Congresso. Como se entra em um conflito na Espanha? É preciso que haja uma resolução internacional, que seja aprovada pelo Congresso e tenha os recursos necessários. Cumpridas estas etapas, aprovadas por todos, os militares têm que atuar em função da ordem do governo, não porque eles pensem que uma coisa se solucione melhor de determinada maneira, mas porque esse debate é político.

AF: *General, muito obrigado por sua entrevista.*

JR: De nada.

UM OUTRO GENERAL É POSSÍVEL (ENTREVISTA DO GENERAL ESPANHOL JULIO RODRÍGUEZ A ALEXANDRE FUCCILLE)

RESUMO

O general Julio Rodríguez foi Chefe do Estado-Maior da Defesa – mais alto cargo militar no Ministério da Defesa da Espanha. Atualmente milita no “Podemos”, partido político de esquerda deste país. Nesta entrevista, fala da transição do franquismo, sobre educação militar, o processo de “civilização” do Ministério da Defesa, de Justiça Militar, serviço militar obrigatório na atualidade, e outros temas que impactam o campo das relações civis-militares.

Palavras-chave: Forças Armadas; Defesa Nacional; Educação Militar; Relações Civis-Militares.

ABSTRACT

The general Julio Rodriguez was Chief of the Defense Staff, the highest military rank at the Spanish Armed Forces. Currently he is a member of Podemos, a leftist political party in Spain. In this interview, Rodriguez talks about the transition from Francoism, about military education, the process of “civilianization” of the Ministry of Defense, Military Justice, compulsory military service today, and other topics that impact the field of civil-military relations.

Keywords: Armed Forces; National Defense; Military Education; Civil-Military Relations.

Recebido em 03/04/2019. Aceito para publicação em 18/05/2019.